

# PROPOSTA - 6

revista a serviço da educação de base



XILOGRAVURA: JOSÉ COSTA LEITE

P R O P O S T A

revista a serviço da educação de base

Dezembro 1977, nº 6

trimestral

Ano 2

---

EDITORIAL

Jean Michel Rousseau 3 Apresentação

ARTIGOS

Mário Silveira, 5 Algumas Reflexões sobre  
Maria Lídia Silveira, uma Experiência em Bairro  
Sérgio Vanni, Popular  
Maria Eulália Vanni

Joaquim Alcides Toledo 20 Teoria e Prática em Educa-  
Ribeiro ção: mudança, classe e re-  
ferências sociais

Michel Rousseau 28 Articulação e Ajuda Exter-  
na (O Encontro de Salva-  
dor, 2 anos depois)

István Jancsó 34 Prática Educativa - Notas  
sobre Problemas de Bairro

João Luís van Tilburg 43 A CLT, instrumento de tra-  
balho de base

RESENHA 52

INFORMAÇÕES 60

---

PROPOSTA, revista a serviço da educação de base, é editada pela FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Rua das Palmeiras, 90, Rio de Janeiro (RJ). Coordenador Nacional: Jean Michel Rousseau. Editor: Breno Raigorodsky, Conselho de Redação: Ademar Andrade Bertucci, Breno Raigorodsky, Jean Pierre Leroy, João Luís van Tilburg, Léo Pedro Birk, Michel Rousseau, Ziléa Reznik. Datilografia: Helena Dias. Impresão: Edival Mazoli. Assinatura anual: Cr\$ 100,00; número avulso: Cr\$ 25,00. Enviar cheques nominiais à FASE. Exterior: assinatura anual: US\$ 15,00, pagos através de "International Money Order" nominal à FASE.



## A P R E S E N T A Ç Ã O

Os leitores podem não notar imediatamente, mas a verdade é que a Revista PROPOSTA está mudando.

Sem conseguir, ainda, o equilíbrio desejado, tratamos de assuntos diferentes, no intuito de satisfazer às necessidades, mais diferenciadas.

Assim, aqueles que trabalham com populações urbanas - marginalizadas, ou simplesmente grupos sociais que têm em comum a mesma imensa dificuldade em viver dignamente - terão um "prato cheio" para a reflexão, nos artigos de Joaquim Alcides Toledo Ribeiro, de István Jancsó, e estimulante trabalho de produção coletiva sob título "Algumas Reflexões sobre uma Experiência em Bairro Popular".

Um misto de resenha e resumo do livro "Capitalismo Autoritário e Campesinato", de Otávio Guilherme Velho, vai interessar bastante àqueles que têm como centro de suas atividades o campo. O assunto é tão bem tratado pelo autor, suas idéias nos parecem tão importantes, que achamos imprescindível apresentá-las.

Aqueles que são agentes sociais junto à população assalariada - da indústria, do comércio, ou da construção civil, assim como do assalariado agrícola, em parte - certamente se interessarão pelo relato sobre utilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para grupalização, considerando-se o método e as técnicas escolhidas.

E, finalmente, a "Avaliação", de Michel Rousseau, interessa a todos que dependem, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, de recursos externos, para levar adiante seus pro-

jetos de ajuda e que, ao mesmo tempo, estão interessados em articular seus próprios trabalhos com as outras instituições, num ambiente de franca e sincera cooperação.

É evidente que as coisas não são divididas assim. Nada impede que um artigo escrito especialmente para atingir um grupo de agentes que faz determinado trabalho, seja de agrado e proveito do pessoal que faz trabalho em outra área.

O importante para nós está em conseguir fazer uma revista que seja adotada pelo leitor enquanto instrumento de trabalho regular; que possamos apresentar sempre algo de útil, que diga respeito diretamente ao trabalho que cada um está fazendo naquele momento. Pretendemos que, em pelo menos um artigo, o leitor identifique a sua própria preocupação em como "levar prã frente" seu trabalho e que o artigo sirva para reflexão. Esta é a idéia, e não é nada fácil torná-la uma realidade.

E a gente, com a experiência adquirida, poderia até dizer que é um projeto impossível de se realizar, caso não se tenha colaborações regulares dos próprios leitores, através de comentários, críticas e, principalmente, através de artigos.

Por isso, gente, mãos à obra! Comecem, desde já, esse trabalho de leitura e participação nesta revista.

É a melhor forma de transformá-la em algo realmente útil em seu trabalho.

Rio de Janeiro, Dezembro de 1977.

Michel Rousseau

## ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA EM BAIRRO POPULAR

---

*Produção coletiva de: Mário Silveira  
Maria Lúcia Silveira  
Sérgio Vanni  
Maria Eulália Vanni*

### Introdução

Este texto visa contribuir com outros trabalhos de base, colocando as dúvidas e alternativas que nossa experiência em meio urbano tem oferecido.

Procuramos colocar nossa prática de forma simples e objetiva, como se segue:

O porquê do trabalho popular

Escolha do local e condições encontradas

Primeira Fase

- . Grupos de Evangelização
- . Escola
- . Grupo de Jovens
- . Seminários

O pequeno aprendizado que ficou desta Primeira Fase

Instrumentos de trabalho

- . Grupos de reflexão evangélica
- . Associação de posseiros
- . Seminários
- . Grupo de Jovens

Considerações parciais sobre a experiência de trabalho

### O porquê do trabalho popular

A proposta de trabalho no bairro nasceu, principalmente, da constatação, por parte de um grupo já reunido por uma experiência anterior, das carências de uma população sócio-economicamente marginal, para promover o seu próprio processo de conscientização e práxis.

O trabalho educativo deveria basear-se, principalmente, na constatação e reflexão dos problemas com os moradores do bairro. Este foi um posicionamento que nós, agentes, nos colocamos num primeiro momento.

## Escolha do local e condições encontradas

O local foi escolhido tendo em vista as necessidades de uma grande massa da população, que não tinha as mínimas condições de habitação, higiene, trabalho e transporte. Além disso, já existiam condições de se tentar algo a partir do conhecimento de alguns agentes com a Igreja local.

Trata-se de um bairro periférico de uma grande área urbana, carecendo de água, esgoto, calçamento, posto de saúde, posto policial, diversão e é deficiente em transporte.

Sua população economicamente ativa é formada de biscateiros (aproximadamente 30%), operários não qualificados (30%), um número restrito de operários qualificados (10%) e setor serviços (30%).

Funcionava no local apenas uma escola primária. A Igreja era o centro de todas as atividades, já existindo como prática principal, grupos de Evangelização que atuavam em quatro regiões do bairro, através de reuniões semanais (ver Grupos de Evangelização). Existia, também, uma Associação de posseiros com o único objetivo de aquisição de lotes pelos moradores.

## Primeira Fase

Como início de trabalho conjunto com a Igreja local, foram realizadas as seguintes atividades:

treinamento de Dinâmica de Grupo para os coordenadores dos Grupos de Evangelização existentes;

pesquisa no bairro para descoberta das principais necessidades dos moradores.

## Grupos de Evangelização

Um breve histórico: o trabalho com Grupos de Evangelização antecede à presença do nosso grupo de agentes.

Em 1969, após um treinamento de Criatividade Comunitária que, inclusive, contou com a assessoria da FASE, foi iniciado o

trabalho. A metodologia, nesse período inicial, seguiu as linhas mestras do TCC (FASE). Nessa altura, porém, já não havia assessoria.

Esse período foi interrompido, no final de 1970, devido a situações externas à comunidade.

Em fins de 1971 e início de 72, o trabalho foi reiniciado, sem interferência externa. O padre, com alguns líderes locais, retoma a ação numa linha fundamentalmente de reflexão de textos bíblicos. Nessa altura, reaparecemos no bairro (na paróquia).

Atitudes quanto ao método utilizadas nesses anos:

- Participação das lideranças locais, com nossa presença, em reuniões semanais de preparação da reflexão bíblica, visando a realização de reuniões em núcleos orientados pelos líderes locais. Nessas reuniões de preparação se procurava revisar as reuniões anteriores, dos núcleos.

A técnica de seleção de temas e textos variou muito; por exemplo:

- . textos das Missas de domingo;
  - . textos escolhidos pelos agentes externos, acompanhados de "fatos da vida". Inclusive o texto bíblico sendo adaptado à linguagem popular;
  - . temas ligados a datas litúrgicas (ex: Natal) ou civis (ex: Dia do Trabalhador).
- Acompanhando essas reuniões periódicas, processavam-se reuniões denominadas "gerais", realizadas de 2 em 2 meses, com os objetivos de:
    - . revisão mais ampla dos trabalhos;
    - . troca de experiências;
    - . discussão e busca de soluções de pequenos problemas surgidos nos núcleos (ex: falta de sinalização, transporte, pontos de coletivos, construção de valas, etc.);
    - . reflexão de temas gerais que serviam de base para as reuniões a serem realizadas no período subsequente;
    - . promover oportunidade de descoberta de outros elementos de liderança, já que todos os participantes dos núcleos são convidados a tomar parte nessas reuniões gerais;

- . planejamentos imediatos quanto a tarefas a serem realizadas, como festas paroquiais, por exemplo.

Escola (Alfabetização,  
Primário, Artigo 99)

Seu objetivo era atender à deficiência local da não existência de escola noturna para os trabalhado-

res.

Na metodologia utilizada, a idéia principal era a formação de uma escola centrada nos alunos e que buscasse, a partir dos problemas concretos de suas vidas, desenvolver uma visão crítica da realidade. Por deficiência de uma divisão em etapas desse assumir a escola pelos alunos, a experiência não obteve o resultado esperado, pois a visão que eles tiveram, foi de uma escola desorganizada e confusa.

Estando os alunos acostumados a uma escola tradicional, na qual existe toda uma burocratização de pagamento, controle de presença e avaliações por nota, esta escola experimental deveria ter partido desta realidade, para atingir a escola almejada. Como não fizemos assim, por falta de experiência, a escola se perdeu nela mesma, não conseguindo nem ser uma escola tradicional.

Outro motivo pelo qual o trabalho se perdeu foi a dissociação com as outras atividades locais, verificada pelo não interesse dos alunos pelos problemas do bairro, resumindo-se apenas nas atividades internas da escola.

Podemos dizer, então, que a escola não conseguiu socializar o aprendizado, seus próprios problemas e muito menos os problemas do bairro.

Grupo de  
Jovens

Um Grupo de Jovens no bairro formou-se espontaneamente. Fomos convidados a dar uma ajuda.

A tentativa foi de comprometer os jovens com parcelas possíveis de problemas do bairro, onde poderiam ter

alguma atuação: a organização da Biblioteca, a formação de um Clube, a organização de festas para os moradores e a pesquisa no bairro. O fundamental era desassociar a necessidade de "servir" que eles tinham, de uma prática meramente religiosa.

O grande erro nosso foi o de "querer" que os jovens assumissem níveis de preocupação e práxis de adultos. Exigiu-se deles em demasia, não só em termos das tarefas, mas também em relação às reflexões: compreensão das causas dos problemas do bairro, análise da realidade, etc.

O grupo desinteressou-se e esvaziou-se.

**Seminários** A idéia dos seminários surgiu da proposta dos coordenadores dos grupos de evangelização, no sentido de se criarem condições para o aparecimento de novos líderes, e uma maior reflexão dos problemas do bairro.

O temário inicial foi escolhido a partir dos elementos contidos na pesquisa, das sugestões trazidas pelos coordenadores e através de contatos diretos com os moradores.

Nós, agentes, víamos a possibilidade de se ter uma atividade de massa (mobilização mais ampla), relacionada a uma possível práxis dentro do bairro por outras camadas da população, que não as diretamente vinculadas à Igreja.

O primeiro tema escolhido foi "Higiene e Saúde". O objetivo desses encontros seria possibilitar acesso a informações referentes à problemática de saúde do bairro. Essas informações não seriam apenas transferidas, mas discutidas, a fim de que gerasse uma compreensão das causas das deficiências neste setor.

Paralelamente a este primeiro objetivo, havia a perspectiva de uma Comissão de Saúde, que encaminhasse junto ao bairro um trabalho preventivo.

## O PEQUENO APRENDIZADO QUE FICOU DESTA PRIMEIRA FASE

Como grupo de agentes, conseguimos, ainda, definir como objetivo que coloca um trabalho de bairro, a criação de condições para um processo de organização e reivindicação da população, que parta de atividades de seu interesse. Acreditamos que esta dinâmica existente no bairro possa contribuir com o processo mais amplo de transformação.

Um aspecto que está incluído nesta organização popular, e que achamos importante externar, diz respeito à emersão de valores próprios do povo: é a solidariedade entre vizinhos, é o se conhecer, o não ter medo um do outro, é o fazer coisas juntos, reivindicar necessidades comuns, é o sentir-se mais seguro, forte. As pequenas práticas do bairro contribuem para isso. Pensar sobre coisas muito concretas, necessidades reais, tem muito mais sentido que fazer uma reunião para se discutir a necessidade da união.

Existe, porém, o peso do que foi feito. Principalmente o que hoje se considera erro. E não há como passar por cima disto. Estas coisas têm que ser consideradas e compreendidas nos encaminhamentos atuais.

É do conjunto das práticas do passado, acrescidas às reflexões do presente, que trabalhamos hoje desta forma. É a possível, por enquanto.

### Instrumentos de Trabalho

É fundamental se ter claro que a base de todo o trabalho no bairro se dá, através da Igreja. Ou seja, é através dos grupos de Igreja, que se procura atingir o bairro. Ao mesmo tempo que este é um caminho viável, colocam-se algumas questões.

A Igreja vista como instituição. A própria postura hierárquica da Igreja, ocasiona uma "natural" reprodução deste mecanismo na paróquia. Além disso, a própria forma de organização da paróquia não gera, em muitos aspectos, uma real organização e participação do povo.

A pluralidade de religiões. Grande parte da iniciativa das atividades, partindo da Igreja, não limita a participação de moradores de religião diferente?

Até que ponto a instituição Igreja pode contribuir para uma educação transformadora? E que tipos de atividades efetivamente podem colaborar neste sentido?

A articulação com outras experiências da Igreja. Até que ponto isto reverte em riqueza para a própria população, ou se dá majoritariamente em termos das "cúpulas conscientes", dos agentes que trocam experiências para ter maiores possibilidades de novas proposições? Estas articulações podem ser muito benéficas no sentido do caminhar do povo, mas podem levar, também, a uma postura de imposição dos rumos e, o que pode ser ainda pior, dos rumos da Igreja "nova", "moderna", e não do "povo de Deus"...

Levando em conta estas ponderações e considerando o *real*, o que de fato existe e acontece no bairro, podemos determinar como instrumentos de trabalho popular:

Grupos de reflexão evangélica

Nossa parada para refletir o sentido da Evangelização, levou-nos a algumas ponderações.

- A não ser neste último ano, nunca houve, praticamente, a preocupação de um planejamento anual (mais globalizante), bem como revisão e reflexão sobre o que se havia realizado.

- A técnica aplicada no início dos trabalhos (TCC-FASE) a certa altura começou a se tornar obstáculo. Desta constatação, os agentes passaram à tentativa de descodificação. Ainda se observam, porém, restos desses elementos.
- Permanece a dificuldade de ligação reflexão-vida. Há momentos em que alguns conseguem isso. Na maioria das vezes, não conseguem.
- Os agentes embora já definidos por interferirem mais diretamente no processo, ainda o fazem esporadicamente.
- O processo de descoberta de novas lideranças é bastante lento. Conseqüentemente, a substituição e ampliação das lideranças são bastante precárias.
- O trabalho, que é visto idealmente como o núcleo da atividade paroquial, vem conseguindo um maior envolvimento com outras atividades do bairro.
- Tornou-se hábito a interrupção dos trabalhos no período compreendido entre o Natal e a quarta-feira de Cinzas. Observa-se que esta prática quebra o ritmo de ação dos núcleos, já tendo sido manifestadas por parte dos líderes locais, preocupações quanto a isso.
- As tarefas atingidas, invariavelmente acabam nelas próprias, não ocorrendo um processo de revisão e análise mais continuado dos passos atingidos. Fica-se na "coisa" como "fim", sem que ela seja utilizada como "meio".
- A instituição Igreja parece-nos não ter descoberto ainda uma pedagogia adequada para penetrar em determinadas áreas que não são, a "priori", acessíveis a sua interferência.

Em termos de encaminhamentos concretos persistem:

- . as reuniões de preparação feitas pelos coordenadores, padre, agentes e mais algumas pessoas dos grupos;
- . as reuniões bimensais com os coordenadores, com o objetivo de revisar de forma mais sistemática o trabalho, discutir tarefas que se colocam aos grupos e/ou aprofundar algum tema, em termos de estudo;

- as reuniões gerais com o conjunto dos grupos, cuja função é o encontro do pessoal e o aprofundamento de questões surgidas nos grupos ou relativas a trabalho de infra-estrutura - o esgoto, a água, etc.

Passagens de uma reunião geral com os frequentadores dos Grupos de Evangelização, onde a temática foi a infra-estrutura do bairro e a Associação do Bairro:

"... a gente veio de fora sem nada, se reuniu com todos e aquilo foi aproveitado com o problema da água, esgoto, e serviu para ajudar o pessoal do bairro. Ensina a gente desenvolver..."

"... para fazer a união, é nós se reunir como nós se reúne toda sexta-feira, reunindo, comunicando uns com os outros, que união faz a força... é pegando um pouquinho de cada pra não prejudicar os outros..."

"... o pouco com boa vontade serve; como a cozinha de Dona Maria que está quase construída através da união."

"... se todos nós se unisse e lutasse pelo nosso ideal, teríamos vida melhor... Se nós nos unisse, pensasse e agisse, tudo era diferente, pois em primeiro lugar está a confiança; as vezes a pessoa marca uma reunião, vai uma vez ou duas e para; então morre, fica sem confiança. O caso é mão-de-obra, devagarzinho se concebe o que quer; tem que ter aventura, por si e pela comunidade. Se um não quer, vai o outro e se acaba vencendo."

Uma preocupação que persiste é a de que o trabalho dos Grupos de Evangelização chegue a ser o elemento dinamizador, não só da pastoral paroquial mas, e principalmente, da vida do bairro.

Neste sentido, surgem questões:

COMO APROVEITAR AS PEQUENAS PRÁTICAS EM TERMOS DE UMA ORGANIZAÇÃO MAIS AMPLA? ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO?

QUAL A CLAREZA QUE SE TEM DO SIGNIFICADO MAIS AMPLO DA ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO?

Associação de  
Posseiros

Um dos problemas fundamentais que a população se coloca é a posse do seu pedaço de chão. Isto porque praticamente 2/3 do bairro é constituído de lotes e os vendáveis estão sendo negociados ao povo, através da Associação.

Algumas questões se colocaram a partir daí:

a associação não tem crédito por parte da maioria dos moradores; quem paga é a minoria (por não acreditar ou por não ter dinheiro?)

a associação é mais uma entidade burocrática que um organismo para encaminhar e organizar certos interesses e reivindicações do bairro. A associação tende para a burocratização, justificada inclusive pela sua criação (foi criada pelos proprietários dos terrenos e não pelos posseiros).

ATÉ QUE PONTO ESTA ASSOCIAÇÃO CONCRETA TEM CONDIÇÕES DE "RECONQUISTAR" A POPULAÇÃO?

COMO ENCAMINHAR CONCRETAMENTE ESTA RECONQUISTA, UTILIZANDO A PARTICIPAÇÃO DE MORADORES POSSEIROS?

Passagens de uma reunião geral:

"... seria bom que a associação formasse, em comum acordo, um trabalho junto aos grupos de reflexão..."

"... o bairro carece de lazer..."

"... a associação está realizando um trabalho cujo os moradores em sua maioria, está alheio..."

"... a associação está voltada somente para compra de terrenos, sendo necessário que ela volte-se para outras necessidades da comunidade."

Alguns encaminhamentos pensados:

- a equipe de agentes considerou fundamental conhecer tudo relacionado à realidade da Associação:
  - . sua legalidade (dos terrenos e da Associação)
  - . a viabilidade da Associação realizar o Contrato assinado com os proprietários dos terrenos

- . a possível disponibilidade de pessoas do bairro assumirem mais diretamente um trabalho neste nível
  - . a estrutura da diretoria; sua atual diretoria
  - . o funcionamento das Assembléias - como e quando
  - . porcentagem de sócio pagando
  - . porcentagem de sócio já com tudo pago
  - . prestação de contas
  - . causas de pagamento ou não
  - . atividades extras da Associação
- considerou como fundamental para o andamento do trabalho uma assessoria jurídica;
  - partiu-se para a formação de um grupo no bairro, motivado para esta questão e que se propusesse a assumi-la coletivamente, de forma mais dinâmica.

Estes encaminhamentos foram efetuados e o que se coloca como proposta atual de andamento do processo "terrenos" é iniciar, junto à população, uma discussão mais ampla sobre o problema da terra, paralelamente ao problema da Associação, para tentar mobilizar a população em função de um interesse muito concreto e básico e, a partir daí, ver os ganhos em termos de organização do bairro.

Uma preocupação presente é a de não se perder a perspectiva do trabalho educativo, ou seja, ter claro que o papel da Associação não se concluirá na medida em que termine a questão terrenos. Vale a pena, pois, aprofundar a validade e a necessidade da Associação, não somente enquanto de posseiros, mas, também, enquanto instrumento de organização e reivindicação mais ampla do bairro.

**Seminários** Sua origem: os seminários foram pensados, inicialmente, em dois níveis: 1. tentar atingir maior número de pessoas do bairro, através de alguma atividade que extrapolasse (ou tentasse isto) as atividades específicas da Igreja - batizamos isto de "atividade de massa", de "mobilização coletiva"; 2. tentar agrupar pessoas *do bairro* em torno de questões de interesse comum.

Os interesses existiam e eram explicitados via grupos de Igreja, via pesquisa no bairro e via papos informais, principalmente com moradores do bairro. Destes contatos, explicitou-se a preocupação com a saúde, em primeiro lugar, com infra-estrutura (entrando aí o problema dos terrenos) e Leis Trabalhistas. Uma outra questão surgida, esta específica dos grupinhos organizados da Igreja, dizia respeito às eleições. Situações muito concretas levavam o pessoal a querer conversar sobre este assunto.

Começou-se com a primeira motivação: *a saúde*. Na preparação e propaganda, recorreu-se ao pessoal com quem se contava - o dos grupos da Igreja. Como método de trabalho utilizou-se a discussão com debate, recorrendo-se, principalmente, aos pequenos grupos. A cada encontro tentava-se, em conjunto, encaminhar tarefas concretas para o bairro. Formou-se uma comissão de saúde que, além de ampliar as discussões do seminário, assumiu como tarefa inicial as vacinações e a canalização de valas para esgoto, feitas através de mutirão.

Esta comissão de saúde sobreviveu 6 meses. As falhas de acompanhamento dos agentes (principalmente na canalização das valas), os desencontros, decepções com o pessoal do bairro (não assumiam as tarefas prometidas), a sensação de impotência diante do enorme número de problemas a resolver, contribuiu efetivamente para a comissão se acabar.

Porém a morte desta comissão levou-nos a refletir sobre uma série de outras coisas.

O que nós realmente queríamos com os seminários de saúde, numa perspectiva de transformação? Qual a contribuição que esta comissão de saúde teria a dar na organização do bairro?

Uma coisa ficou como aprendizado: a melhoria no campo da saúde (criação de serviços) não poderia nunca ser um fim em si mesma - como na prática ocorreu - mas uma mediação entre

serviços e a finalidade do trabalho no bairro. Como garantir isto?

Como conseguir uma práxis mista de construção coletiva dos serviços deficitários (mutirão) e, simultaneamente, outras práticas reivindicatórias possíveis?

E, finalmente, como garantir que o exercício dessa participação seja mesclado de uma análise crítica, "preparação" necessária a um outro tipo de participação?

Um outro aprendizado: vimos não haver incorreção em ter grande número de pessoas do bairro participando de algo que realmente lhe interesse. O importante é garantir que dessa massa, resulte um grupo (ou grupos). Esta foi a perspectiva que se colocou para o seminário sobre Leis Trabalhistas, ora em execução. Percebe-se, depois de quatro encontros, 3 ou 4 trabalhadores mais interessados, mais preocupados. E a gente considera ser possível, daí, se criar um pequeno núcleo operário no bairro.

Percebemos que os seminários poderão continuar, desde que consigam captar as variáveis de interesse real do bairro e que não percam a perspectiva que para eles é colocada: de pequenas mobilizações em função de interesses do bairro e de formação de pequenos grupos-tarefa, que atuem numa perspectiva mista de mutirão e reivindicação que contribuam para a organização concreta do bairro.

**Grupo de Jovens** Atualmente, os jovens são tidos como tais. Assim, suas formas de organização são bastante específicas, sem que, com isso, se negue sua inserção e participação na dinâmica do bairro. Essa inserção é, porém, mais natural, respostas parciais a motivações deles. Assim, temos hoje os jovens organizando seu próprio grupo de teatro, seu lazer, sua vinculação a outros movimentos jovens e, o que é mais interessante, insistindo numa relação entre eles

e o trabalho dos adultos. Daí, começam a participar das reuniões aos domingos, de contatos com o pessoal do bairro em visita ao seminário, e se dispõem, juntamente com o grupo dos terrenos, montar uma peça de teatro, abordando o problema dos lotes, enfim, integram-se de forma espontânea e real à dinâmica do bairro.

#### CONSIDERAÇÕES PARCIAIS SOBRE A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO

Uma primeira colocação que desejamos fazer, diz respeito à dificuldade encontrada em transpor nossa experiência para o papel. A tentativa de, em conjunto, passar adiante a prática real, uma teoria mínima subjacente a essa prática e as questões levantadas por nós, obrigou-nos a um defrontar com posturas de encaminhamento e objetivos de trabalho. Esse processo significava, na prática, abertura para novas discussões. Evidentemente, isto foi muito positivo para o trabalho e para o grupo. Por outro lado, havia uma tarefa paralela a ser cumprida: produzir um texto. E, aí, embanançãos se iniciaram. Não nos foi fácil dar forma escrita às discussões, referenciando-as à experiência e às perspectivas teóricas que tínhamos claro.

Queríamos chamar atenção para esta nossa dificuldade, salientando, porém, o incrível ganho obtido no processo de discussão.

Um outro aspecto importante para nós e que, cremos, aparece nas entrelinhas da análise de nossa experiência, diz respeito à nossa visão de um trabalho de bairro. Se, por um lado, enfatizamos o aspecto de organização, presente em atividades bastante concretas da população, por outro lado constatamos que essa organização se pauta em dois níveis: num nível de solidariedade, amizade, conhecimento, força, quebra do isolacionismo/individualismo - presente nos *mutirões* (é o grupo que se forma para fazer valas numa rua, para construir a casa de alguém); e, em outro nível que, na prática, pressupõe o primeiro, relativo ao se defrontar com o Poder Público:

são as *reivindicações* (é o abaixo-assinado para a CEDAE, para a Light, para a Prefeitura, exigindo máquinas...). Percebemos, porém, que este segundo nível, de outra qualidade, absolutamente não exclui o primeiro. Sua perfeita coexistência dependerá do nível de clareza que se tenha do conjunto do trabalho. E isto, realmente, se confunde na prática. Nas nossas discussões constatamos os nossos resvalos.

Outro aspecto salientado por nós é de que as infra-estruturas, aparentemente diminutas, de organização da população (grupos de evangelização, de terrenos, jovens, operários, saúde), constituem uma forte base para processos de reivindicações mais amplas.

Outra questão, também referida por nós, diz respeito à necessidade de contatos informais entre bairros próximos, com práticas similares. Nada de se pensar em estruturações de articulação. É favorecer uma inicial convivência entre problemáticas de bairros. Esse processo está em gestação em nossa experiência.

A partir dessas considerações, permanecem para nós algumas perguntas:

QUAL A CONTRIBUIÇÃO EFETIVA QUE UM TRABALHO DE ORGANIZAÇÃO DE BAIRRO (NO CASO, BAIRRO DE PERIFERIA, CARENTE) DÁ, EM TERMOS DE CLASSE TRABALHADORA? ONDE, EXATAMENTE, LOCALIZARÍAMOS ESSA CONTRIBUIÇÃO?

COMO OS AGENTES DE TRABALHO DE BASE SE SITUAM DENTRO DO TRABALHO? QUAL É, EXATAMENTE, SEU PAPEL? COMO APROVEITAR POSITIVAMENTE O TRABALHO CONJUNTO AGENTES-CAMADAS POPULARES NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DA CLASSE TRABALHADORA?

O PROJETO DOS AGENTES PODE OCASIONAR REPRODUÇÃO DOS MECANISMOS DE IMPOSIÇÃO DA PRÓPRIA SOCIEDADE?

COMO POSSIBILITAR A EMERGÊNCIA DE UMA REAL "CULTURA/SABER POPULAR", GARANTINDO O NÃO PREVALECIMENTO DA IDEOLOGIA DOMINANTE, INTERIORIZADA PELO PRÓPRIO POVO E/OU TRANSMITIDA PELOS PRÓPRIOS AGENTES?

*Joaquim Alcides Toledo Ribeiro*

### A teoria dentro da prática

Para todos aqueles que hoje procuram, de forma conseqüente, desenvolver algum trabalho no âmbito da educação popular, uma noção se apresenta como indissolúvelmente ligada à prática e à reflexão do trabalho. Essa noção é a de mudança social. Ela deve estar articulada ao trabalho não só no que diz respeito aos objetivos. Na verdade, ela só se torna conseqüente enquanto objetivo mais geral, na medida em que esteja integrada na prática presente. Neste caso, se manifesta de várias formas, no interior dos programas de educação popular. Por exemplo, pelo tipo de relação que entre si devem estabelecer os vários participantes. Relação essa que se deve dar a partir de uma dinâmica de tipo democrático. Essa dinâmica deve trazer dentro de si elementos que evitem reproduzir a ordem social existente e que se pretenda seja transformada. Para isso deve evitar as rígidas hierarquias típicas das instituições tradicionais, bem como a burocratização própria desses organismos.

a prática se constitui  
em teoria

Assim, a perspectiva de mudança se torna não só um objetivo geral ou uma formulação de princípios, mas também, e principalmente, uma realidade que está presente no cotidiano e que ao se tornar experiência acumulada - teoria - concretiza e aprofunda a noção mais geral - mudança.

Não adianta, portanto, pois é contraditório, formulações a respeito de mudança convivendo com práticas que no seu cotidiano nada adotam de novo, de transformador da realidade sobre a qual se trabalha.

## Mudança e classe social

Outra noção importante hoje adotada por aqueles que trabalham com educação para mudança - e, nesse sentido, mudando a própria educação - é a que diz respeito à escolha do grupo com o qual se deseja trabalhar.

A noção de mudança implica, de algum modo, o fato de não se estar satisfeito com a ordem social existente. É coerente, pois, considerar que os mais interessados na mudança venham a ser aqueles setores sociais que se encontram em maior estado de carência social face ao tipo de sociedade existente.

Por outro lado, dentre esses setores, alguns grupos podem apresentar melhores condições de contribuir com os propósitos de mudança social. Seja pela sua condição de grupo mais ou menos organizado face ao processo produtivo, seja por outras condições decorrentes desse processo: de um lado, certo poder de pressão e, de outro, condições favoráveis no sentido do conhecimento da engrenagem social existente.

Este último é justamente o caso da classe operária, e por aí se explica o fato de que hoje, boa parte dos programas de educação popular estão voltados na direção desse grupo social.

tentando aparar  
as arestas

No entanto, o que mais gostaríamos de discutir neste artigo não é propriamente a importância da classe operária num processo de mudança, ou as atividades educativas desenvolvidas no seu meio.

Sem querer negar o importante papel histórico reservado ao operariado industrial no interior de uma sociedade em mudança, gostaríamos de apontar alguns equívocos que passam a ser cometidos por programas e agentes de intervenção social bem intencionados, no momento em que tentam transportar para a prática alguns fundamentos teóricos a respeito do processo de mudança da sociedade.

Basicamente, a tradição, pelo menos mais recente, de programas de educação popular em áreas urbanas está ligada, no Brasil, a grupos e comunidades de bairro: periferias, favelas, paróquias, etc. O equívoco a que nos referimos consiste em que, mantendo essa mesma referência, isto é, o bairro, ensaiam-se alternativas de trabalho que buscam transformar-se em movimentos de educação de tipo operário.

O bairro, nesse caso, é visto como elemento de mediação, como um trampolim para se atingir o objetivo verdadeiro. O local de moradia é tido como um espaço físico que proporcionaria a aglutinação desses grupos operários. O operário, por outro lado, é visto apenas como um indivíduo que possui uma determinada qualificação e está vinculado à produção industrial.

O pensamento, então, é o seguinte: junta-se um punhado de operários no bairro e tem-se, aí, um início de trabalho de educação popular com o operariado. Nada mais simplista e equivocado. Primeiro, porque na origem dessa aglutinação a problemática que reúne o grupo é, em geral, do bairro (saneamento, transporte, casa própria, escola, etc.). Nesse caso, mesmo sendo um grupo de operários, a problemática não se define como sendo a do âmbito da produção. Não estão em jogo condições de existência de uma classe e sim, de uma série de setores sociais. E, segundo, porque, como no bairro os indivíduos apresentam-se com as mais variadas ocupações e profissões, dificilmente se terá um grupo de operários, mesmo que a maioria o seja.

**a realidade  
como obstáculo**

Essas duas características passam, então, a ser percebidas pelos agentes como obstáculos ao trabalho. Os não operários que fazem parte do grupo passam a ser discriminados (mesmo que de forma sutil ou inconsciente) e questões da produção, que estão apenas indiretamente ligadas à existência do grupo, passam a ser, em certo sentido, forçadas como tema de reflexão do grupo por parte dos agentes.

Desse processo, decorrem três conseqüências:

1. O insucesso: a busca permanentemente frustrada pela organização de um grupo operário que discuta a realidade operária;
2. A reflexão sem prática: a constituição de grupo operário que reflita situações típicas do operariado, mas incapaz de levar à prática essa reflexão;
3. Trabalho perdido: perde-se a oportunidade de se desenvolver um bom trabalho educativo com grupos populares que apresentam condições de carência, às vezes extremas, no tocante à sua existência no bairro.

Essas reflexões têm, evidentemente, caráter geral e os casos em que o contrário tenha ocorrido, consideramos que devam ser interpretados muito mais por conta da exceção do que da regra.

Nestes casos (da regra), do mesmo modo como naqueles a que nos referimos no início deste artigo, os propósitos de educação e mudança não estão corretamente relacionados. A incapacidade de se levar à prática um objetivo geral adotado acaba por impedir qualquer contribuição à mudança das concepções de educação e da sociedade.

### O bairro como referência social

Por outro lado, uma linha mais coerente com as características de um trabalho tipo bairro, desde que compreendido de forma não instrumental (trampolim para o campo da produção), ou como mero espaço físico ("porta dos fundos da fábrica"), é capaz de contribuir amplamente com os objetivos de mudança social a partir de uma proposta renovada de educação popular.

Uma primeira aproximação com a questão poderia ser feita, tendo em vista a descrição das condições a partir das quais se desenvolvem os movimentos de moradores.

Já dissemos anteriormente que no bairro as várias classes populares se misturam e que a referência imediata dos grupos aí organizados gira em torno de bem-estar social: condições de transporte, lazer, educação, saúde, saneamento, etc. Não são questões que se refiram, portanto, às condições do mundo da produção (salário, jornada de trabalho, sindicato, etc.). São, sim, referidos ao consumo de serviços e equipamentos urbanos indispensáveis à vida coletiva.

**a cidade e o Estado** Uma outra característica é a que se refere ao papel desempenhado pelo Estado (governo municipal, estadual, etc.) nessa questão e que impõe que, de maneira geral, os movimentos de moradores se dirijam a ele (Prefeituras, Regiões Administrativas, Secretarias de Saúde, Bem-Estar Social, etc.) quando buscam reivindicar por seus interesses.

É que a existência da cidade impõe a montagem de uma ampla infra-estrutura: água e esgoto, avenidas e ruas calçadas, serviços de saúde e educação, equipamentos de lazer, estações e estradas, etc. Esses serviços e equipamentos exigem altos recursos financeiros e, de maneira geral, são pouco lucrativos ou não lucrativos.

Assim, à iniciativa privada esse campo de investimento pouco interessa. O Estado, utilizando recursos públicos captados principalmente através de impostos, surge como o principal agente responsável pela montagem, funcionamento e manutenção das redes urbanas de infra-estrutura.

**interesses da produção e do bem-estar social** Ao analisarmos mais detidamente a situação dos serviços e equipamentos urbanos, veremos que eles podem estar mais ligados aos interesses da produção ou do bem-estar social. Do primeiro caso, são próprios as estradas, portos, pontes, distritos industriais, redes elétricas de alta tensão etc. Do segundo, as escolas, os hospitais, áreas

de lazer, serviços de saneamento básico. A montagem desses equipamentos é feita a partir dos mesmos recursos (recursos públicos sob responsabilidade estatal) e a necessidade desses dois polos é, não só permanente, como crescente. É lógico, pois, compreender que, no momento de distribuição desses recursos, esses dois interesses entrem em choque. E esse choque se torna mais significativo à medida em que aumenta a diferença entre recursos disponíveis e as necessidades sociais.

Há um tipo de equipamento urbano que bem ilustra essa tradição. É o transporte. Sem uma rede mínima de transporte capaz de levar os trabalhadores de casa ao trabalho e vice-versa, as fábricas, o comércio, as repartições, não teriam condições de funcionar. Então, para o funcionamento de todo um sistema produtivo é necessário um sistema eficiente de transporte, não importando sob que condições é feito. Para os usuários, porém, a sua qualidade é tão importante quanto ter o próprio transporte, mas resolvê-la a contento significa investir na sua produção uma soma mais elevada de recursos. Recursos esses que poderiam ser de outro modo, aplicados em rodovias, viadutos e pontes, ou seja, meios que significariam mais como infra-estrutura de produção que de bem-estar social.

O exemplo dado serve para ilustrar o problema exposto e é realista o suficiente para demonstrar que, no momento em que esses dois interesses se chocam, não é a lógica do bem-estar social que tende a sair vitoriosa, mas sim a lógica da produção. Veja-se, por exemplo, nas grandes cidades do país, a situação do transporte ferroviário suburbano em comparação com as modernas pontes e rodovias que são construídas.

#### A cidade, o Estado e o poder de influência social

É de se supor, assim, que industriais, comerciantes, etc. tenham seus interesses mais bem atendidos pelo Estado do que

operários, comerciários, etc., o que se explica pela capacidade de influência social superior dos primeiros em relação à dos segundos.

Mas não fiquemos aí. Vamos um pouco mais adiante. Uma olhada pela cidade (qualquer cidade) permite perceber que os vários bairros não apresentam condições semelhantes de urbanização. Os bairros centrais ou não populares dispõem de serviços relativamente superiores aos bairros periféricos ou populares.

É o caso de se indagar: sendo as classes populares as que menos recursos dispõem, pois são formadas por grupos de baixa renda, não seria mais justo que o Estado se preocupasse mais com as condições de seus bairros do que com os bairros não populares?

Este fato se explica da mesma forma que podemos explicar o outro. Os industriais, comerciantes, banqueiros, não habitam os bairros populares. Como também aí não habitam os altos funcionários públicos, os profissionais liberais, políticos, etc.

A questão é que, estando mais bem organizados e mais conscientes de seus interesses, conseguem esses grupos colocar-se mais próximos dos meios de decisão social. Assim, são capazes de melhor se representar no interior do Estado e mais exigir do governo do que os grupos sociais que formam as classes populares.

Essas contradições não podem deixar de ser consideradas ao se levar à prática programas de educação popular com populações de moradores de bairros populares. O estímulo, a organização e participação dessas classes, tendo em vista aumentar o seu poder de influência social, torna-se requisito básico na definição de linhas de educação popular e no processo de conscientização desses grupos.

## A título de conclusão

Concluindo, o que achamos fundamental nessas reflexões é, primeiro, chamar atenção para alguns equívocos cometidos em atividades de educação popular no momento em que se pretende incorporar à prática formulações teoricamente corretas mas que podem resultar, caso não sejam bem dimensionadas, em equívocos elementares. Segundo, ressaltar o fato de que educação para mudança não se faz trabalhando apenas com determinada classe social o que é, inclusive, resultado de mistificação dessa classe no seu papel de agente de mudança; que em outras situações sociais (caso do bairro) os indivíduos que compõem essa classe aparecem misturados com outros indivíduos de outras classes e categorias sociais; que seus interesses imediatos, neste âmbito, tendem a ser comuns, não sendo aqueles próprios do mundo da produção, mas do consumo no local de moradia; e que, por último, a satisfação desses interesses se realiza a partir de um processo de mudança social e uma atividade de educação popular só pode contribuir com ele se considerar devidamente a realidade na qual esses interesses se manifestam.

## ARTICULAÇÃO E AJUDA EXTERNA

(0 Encontro de Salvador, 2 anos depois)

---

Michel Rousseau

O Encontro e suas recomendações

Em novembro de 1975, reuniram-se em Salvador, BA, mais de 20 agentes de intervenção social, representando vários programas de base, em particular do Nordeste. Participaram do Encontro uma dúzia de dirigentes de Entidades e Igrejas do Brasil e uma dúzia de representantes de Entidades internacionais que financiam, em nosso país, projetos de educação e de desenvolvimento.

Promovido e organizado pelo CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços, o Encontro foi preparado, tendo como base um estudo realizado anteriormente sobre a situação do Nordeste e sobre Política de Ajuda Externa. O objetivo era definir uma política comum de ajuda externa a programas e projetos e estabelecer critérios e prioridades.

Os participantes chegaram a diversas recomendações:

- "Que os "agentes sociais" tenham voz, frente aos projetos e programas";
- "A criação e/ou utilização de publicações que visem promover e distribuir a troca de informações e conhecimento entre os participantes de projetos locais e, ao mesmo tempo, promovam a capacitação desses agentes";
- "A promoção de reuniões, encontros, seminários, viagens, com as pessoas envolvidas em todos os níveis do processo de ajuda, para que se fortaleçam: a troca de experiência, a maior capacitação do pessoal, a congregação de esforços comuns, a melhoria da qualidade do programa";
- "A formação de uma comissão *ad hoc* (pelo prazo de um ano) ... com a incumbência de viabilizar e acompanhar as proposições aprovadas".

O desejo expresso nessas conclusões e recomendações foi, em resumo:

- a) promover a articulação e o intercâmbio entre os programas de intervenção social já existentes;
- b) chegar a uma política comum de ajuda externa, na elaboração da qual os agentes de base e populações teriam voz.

Decorridos dois anos desde essa memorável reunião, onde se chegou na promoção desses objetivos? Receamos que o balanço seja bastante negativo...

Articulação - nada mais do que se vinha fazendo

Nesses dois anos, houve diversas iniciativas valiosas de articulação, troca de experiências, capacitação de agentes. A presente revista é uma dessas experiências. Foram promovidos Encontros por agentes de base em Salvador, pelo CERIS, pelo PATAC, pela FASE e outros. Houve visitas, seminários e intercâmbio. Publicações (poucas) foram feitas.

Mas não se pode dizer que houve muito mais atividades ou mecanismos de articulação do que havia antes do Encontro de Salvador. E não se pode dizer, tampouco, que o que foi realizado decorreu do Encontro, foi animado ou sustentado por ele. As iniciativas foram particulares, isoladas ou localizadas, e sem nexos com o Encontro passado ou com um outro a ser organizado.

A Comissão não funcionou

A Comissão tinha a função de viabilizar e animar as atividades de entrosamento. Por isso, definiu como tarefas, na sua primeira reunião:

- ampliação e divulgação do texto "Bases para o estabelecimento de uma nova Política de Ajuda";
- entrosamento, articulação entre agentes sociais de base (criação de equipes estaduais, promoção de reuniões...);

- levantamento e cadastramento de programas, projetos e equipes que trabalham na base;
- valorização e apoio ao que vem ocorrendo, reunindo e sistematizando dados e informações sobre encontros, visitas e seminários, aproveitando-os para estudo futuro sobre Ajuda;
- promoção de encontros nas regiões e de um 2º encontro geral;
- ajuda a Publicações para agentes de base;
- relacionamento com Entidade doadoras.

Definidos os objetivos, e depois de uma segunda e breve reunião, a Comissão simplesmente deixou de existir.

Política de Ajuda -  
volta à concorrência  
e ao assistencialismo

Nessas condições, não foi elaborada, evidente, nenhuma política de ajuda externa, a partir das populações e com participação dos agentes de base, nem, tampouco, por dirigentes de Entidades ou responsáveis de programas. Não houve estudo de prioridades e os critérios para financiamento de programas e projetos não sofreram modificação - se é que já houve critérios - nos últimos anos.

Na prática, permanece-se no isolacionismo, na concorrência para se obter recursos, na defesa e valorização individual do que cada um vem fazendo ou quer fazer; e não há critérios comuns, objetivos, nem prioridades gerais comumente aceitas, pelas quais, responsáveis por Entidades, avaliadores e analistas de projetos ou financiadores possam orientar-se em suas decisões.

Na prática, igualmente, não há instâncias brasileiras de decisão quanto a financiamento; não há mecanismos, além dos já existentes, para levantamento de recursos nacionais; nem há maior preocupação do que se tinha em atender a necessidades prioritárias gerais que surgem, constantemente, nas diversas regiões.

Objetivamente, apesar dos participantes do Encontro de Salvador se terem pronunciado claramente a favor de uma linha de Educação participativa, de promoção de consciência crítica, de desenvolvimento integrado, não houve modificação nas formas e nos destinos da ajuda externa. Quantias vultosas são aprovadas para programas assistenciais, para projetos de desenvolvimento comunitário tradicional, para manutenção de programas que não atingem problemas fundamentais das populações, nem levam em conta as relações sociais e de produção em que vivem essas populações. Como disse recentemente um representante americano de Entidade financiadora, relacionado com dezenas de outras, "As Entidades financiadoras podem, no papel, definir suas prioridades por educação, animação social, etc., mas na hora da decisão, aprovam os projetos de construção, de campanhas de saúde, de postos médicos e de escolas." As Entidades confessionais americanas, em particular, têm dado apoio bastante grande a essa linha e pouco suporte à Educação participativa e articulação.

Por que aconteceu  
isso?

Deve existir alguma razão para esses resultados negativos ou inexistentes.

Uma primeira tentativa de explicar a situação seria de acusar pessoas ou instituições. Atitude simplista, que não daria conta de razões mais profundas. Acusar CESE, a Comissão, as Entidades financiadoras que não deram suporte à articulação, não é explicação convincente da realidade.

Um primeiro motivo do constatado fracasso do programa nos parece ser os bloqueios naturais para qualquer atividade desse tipo: o isolacionismo, as divergências de linhas, as necessidades imediatas dos agentes envolvidos nos seus programas e as necessidades imediatas dos programas de conseguir recursos financeiros e concorrer para tanto no "mercado" da ajuda.

Outra explicação válida, e que nos parece merecer atenção

por ser, talvez, a mais realista é a constatação de que, em todo esse programa de articulação, os pontos de partida foram "propostas", idéias, "necessidade de articulação", "dar voz aos agentes e populações", "estabelecer critérios de ajuda". Não se procurou encontrar os agentes dentro e em cima de sua prática, frente aos problemas básicos da população, com seus objetivos específicos de trabalho, seus encaminhamentos e conduções, suas atividades concretas.

Poderia, também, ajudar na compreensão dos insucessos a constatação de que, logo de início, se quis, provavelmente, formalizar demais o programa: comissões, prazos, articulação local, estadual e regional, levantamentos, etc.

O problema, no entanto, permanece                    O fato de não se ter conseguido o que se pretendia não invalida, no entanto, o propósito desejado.

Permanece o problema sentido e explicitado no Encontro: isolacionismo, necessidade de entrosamento, necessidade de se estudar em conjunto e, a partir dos agentes, as prioridades da ajuda externa.

Além do problema, permanecem também as iniciativas, já iniciadas em várias regiões ou por diversos agentes ou organizações, para superá-lo. Permanece a vontade de muitos de dar continuidade ao que foi recomendado no Encontro e de se chegar a uma maior articulação, bem como a um entendimento sobre Ajuda externa a programas.

Por isso, parece-nos evidente que parar diante de um primeiro insucesso seria uma lâstima. Se a idéia vale, como nós e muitos o cremos, vale também uma ação para se chegar aos objetivos.

Vale a pena retomar a idéia e o programa, em diversos níveis:

- a nível de dirigentes e responsáveis por Entidades e

- programas - através de encontros, visitas, discussões. De modo informal no início, mas real;
- a nível de agentes e técnicos - favorecer entrosamento através dos muitos mecanismos existentes: encontros, seminários, estudos, visitas, trabalhos em conjunto.

O importante seria não deixar esses contatos informais, ou esses encontros e entrosamentos se perderem, não os deixar isolados, localizados, setorializados, sem continuidade. Importante seria "recuperar" tudo isso que se está fazendo ou pode ser feito, para sistematizar, analisar, socializar. É necessário pessoal com tempo disponível para isso (ligado a CESE? ou a outra organização?), como também são necessários mecanismos de informação, divulgação e recursos para viabilizar tal programa.

Um trabalho semelhante de recuperação e sistematização deveria, necessariamente, preceder um novo Encontro sobre a problemática levantada. Sem esse estudo e trabalho prévios, ficar-se-ia, provavelmente, no mesmo ponto. Mas, com uma preparação nesse sentido, então, se poderia pensar num novo Encontro de agentes, dirigentes e financiadores, encontro que marcaria, certamente, um avanço, tanto no entrosamento e união de forças, como na definição de prioridades de ajuda externa.

István Jancsó

### Colocação do problema

Os agentes de programas de intervenção social de conteúdo educativo, cujo trabalho se centraliza nos chamados bairros de periferia, bairros pobres, favelas e outras áreas de moradia de "populações carentes", se perguntam, freqüentemente, a respeito da real significação do seu trabalho. Essa indagação é mais intensa quando o ponto central da visão teórica que esses agentes têm do processo social é o conflito permanente, resultante do antagonismo entre os que detêm os meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho. A razão básica da indagação é a seguinte: os trabalhos chamados "de bairro" tendem a grupalizar pessoas com posições variadas face ao processo produtivo e, portanto, a significação real do trabalho não aparece claramente quando se busca a sua articulação com o antagonismo básico da sociedade.

Este artigo pretende colocar algumas questões para discussão, e nada mais do que isso. Para tanto, parte-se da necessidade de se pensar:

- 1º) na qualidade das propostas possíveis no interior de "trabalhos de bairro";
- 2º) na qualidade das práticas possíveis no interior dos "trabalhos de bairro";
- 3º) na qualidade dos grupamentos resultantes dos "trabalhos de bairro";
- 4º) a significação da articulação objetiva entre o universo do bairro e o universo da produção.

## A qualidade das propostas possíveis no interior de "trabalhos de bairro"

O agente que vai para um bairro sempre tem uma proposta que orienta a sua ação. Como esta ação é dirigida para a população *tal qual ela é*, a natureza desta população vai determinar os limites da qualidade da proposta. Ora, sabe-se que a característica geral das populações dos bairros populares é a sua heterogeneidade, no que diz respeito à integração das pessoas no processo produtivo. Temos aí operários (não qualificados, semi-qualificados, qualificados), pequenos funcionários públicos, biscateiros, pequenos comerciantes, comerciários, desempregados, donas de casa, e toda a variedade de ocupações que o processo de urbanização, resultante do avanço do capitalismo brasileiro, engendrou. A essa extrema variedade de situações no interior do processo produtivo contrapõe-se uma relativa homogeneidade no plano da capacidade real (ou aparente) de consumo. Os bairros populares são bairros de gente pobre, o que quer dizer locais de moradia de gente que tem baixa capacidade de consumo. Essa limitação ao consumo, característica geral dessas populações, representa o referencial básico para a formulação da proposta do agente. Isso é verdade para programas de escolarização, programas culturais, de lazer, religiosos ou de qualquer natureza. Como o nosso interesse é centrado nos programas de natureza educativa, é conveniente tomar-se um exemplo. É sabido que as condições de escolarização nos bairros populares geralmente são limitadas. E é sabido, igualmente, que existe uma relação (não mecânica e nem determinante) entre escolarização e acesso a atividades melhor remuneradas. Mesmo que essa relação não seja muito estreita na realidade, é assim que ela aparece aos olhos da maior parte da população. Então, a população reconhece o acesso à educação como um fator importante de alteração das suas condições de consumo, mesmo que não reconheça explicitamente, nas formas de educação, elementos de consumo.

Há que destacar, aí, um aspecto importante dessa questão. Se é verdade que todo consumo é consumo produtivo, o que está em questão, quando se discute a capacidade de consumo das "populações pobres", é a *sua capacidade de reprodução de sua força de trabalho*. É nesse sentido que atividades variadas como educação, lazer, etc., podem formar um conjunto que encontra sua unidade no conceito *consumo*. E é importante não esquecer que a reprodução da força de trabalho se impõe de maneira permanente para todos, independentemente de sua posição face ao processo produtivo.

É nesse sentido que se afirma que a qualidade das propostas no interior de "trabalhos de bairro" é delimitada pelo fato de situar-se, sempre, no universo do consumo.

A qualidade das práticas possíveis no interior dos "trabalhos de bairro"

Desde que a proposta inicial se situe no universo do consumo, definem-se limites para a prática. Estes, porém, não são limites estreitos. Além do que, é muito perigoso tratar a questão com excesso de simplificação.

A proposta do agente para se transformar em proposta de grupo tem que passar, necessariamente, pela consciência individual de pessoas do bairro. Isso implica num processo permanente de reelaboração da proposta. Dessa reelaboração resultarão: a proposta definitiva, a instrumentalização definitiva e, finalmente, a estrutura coletiva que vai levar a proposta, através dos instrumentos escolhidos, à prática.

Constituído o grupo, este passa à prática. Mas nunca se pode esquecer que não se trata de "O GRUPO", mas de um entre muitos grupos que operam, formal ou informalmente, no bairro. E não se pode esquecer que cada um desses grupos, por caminhos diferentes, organizou-se em função de carências no plano do acesso a *formas particulares* de consumo. Assim, por

exemplo, ao lado do "grupo da escola" existem os grupos de futebol, os grupos de tipo religioso (grupos de paróquia, os protestantes, grupos de umbanda, etc.) e outros de tipos bem variados, chegando até ao grupo do botequim. É no interior, então, de um intenso processo de grupalização que vai resultar da proposta do agente, *mais um* processo de grupalização. Esse processo de grupalização de *tipo educativo* pode ou não adquirir uma realidade diversa daquela dos outros processos de grupalização. Não é pelo fato de ser educativo que uma proposta é superior. Ela será superior se for capaz de desencadear uma prática de qualidade superior. O que significa isso? Isso significa que a prática terá qualidade superior se superar o particularismo (de consumo) que caracteriza as outras propostas, isto é, se tiver a capacidade de integrar conjuntos mais amplos da população que aquela parcela que participa diretamente das atividades educativas imediatamente propostas. Em outras palavras, o grupo resultante da prática educativa pode ser mais um grupo de significação igual aos outros (apesar de formas aparentemente mais "modernas"), ou diverso. Pode somar, ou pode dividir. Pode abrir-se, ou pode fechar-se sobre si mesmo. Pode encerrar-se na prática limitada da apropriação individual de um bem qualquer de consumo, ou pode atingir um nível diverso, conforme se verá mais adiante.

Não se pretende, aqui, descer a detalhes de operacionalização. Mas é indiscutível a necessidade de considerar a qualidade dos grupos que são os portadores da prática resultante da intervenção do agente.

A qualidade dos grupos resultantes dos "trabalhos de bairro"

O grupo resultante do trabalho do agente, assim como os demais grupos que operam no bairro representam, então, formas de organização com vistas ao acesso a determinados elementos de consumo (escola, água, vala, lazer, etc.). Mas, ao mesmo tempo em que se definem assim, representam também formas es-

pecíficas de prática social. O fato de representarem formas de organização coletiva confere a esses grupos uma importância considerável. Isso porque é através de formas coletivas de integração social que se apresenta ao morador do bairro a possibilidade de reproduzir os mecanismos de prática social que a sociedade, com sua organização historicamente dada de dominação propõe ou, então, a possibilidade de produzir formas novas de prática coletiva que representem a crítica, ao nível da prática, das formas de integração controladora que o sistema propõe. Em outras palavras, é principalmente através de práticas de tipo coletivo que se define a reprodução ou negação dos mecanismos de integração social que a sociedade propõe.

Isso pode parecer um tanto abstrato, mas as conseqüências dessa questão são extremamente concretas. Senão, vejamos. A tendência é atribuir um valor positivo a qualquer tipo de prática coletiva. Essa é, porém, uma verdade parcial. A qualidade da prática não vem do fato de ser coletiva; o que é preciso buscar é a qualidade da prática coletiva. No quadro geral do conflito de classes que caracteriza a nossa sociedade, e do ponto de vista do morador do bairro popular, a qualidade positiva só pode decorrer da negação concreta das formas de prática coletiva, que são mecanismos indispensáveis para a dominação. Esta questão é, geralmente, esquecida pelos agentes. A tendência geral é de identificar-se com os dominados, despossuídos, explorados (a nomenclatura é vasta!) ao nível do discurso, mas apontar caminhos de prática que não passam de reproduções mascaradas (pelo discurso progressista) das formas as mais tradicionais de organização e controle que as classes dominantes impõem a essas populações. Paternalismo, verticalismo, demagogia, eis elementos básicos dessa prática equivocada. Criam-se estruturas de grupo que rapidamente se hierarquizam e, não raro, o controle dos recursos materiais que estão na raiz do processo de grupalização transforma-se em elementos de controle e definição das alternativas que o grupo é levado a escolher. O grupo exe-

cuta, o agente decide. Que isso se faça através de formas mais ou menos paternalistas, não esconde o fato de que o agente se transforma em expressão miúda da forma de delegação de poder que o sistema legitima, em vez de ser agente do surgimento de formas de representatividade popular, que seriam a negação dos mecanismos propostos pelo sistema.

É preciso atentar para um fato óbvio: a qualidade da prática não depende só daquilo que se faz. Depende, e muito, do *como* se encaminha a prática. E os *ganhos* devem ser avaliados de forma múltipla. Apesar do fato de que, normalmente, os objetivos imediatos se situam ao nível do consumo, as práticas de bairro representam um caminho possível de se chegar a formas de organização popular. Resultantes da pressão de necessidades de ordem material, as formas de prática coletiva no interior dos bairros podem buscar maior operacionalidade, através da reprodução dos mecanismos tradicionais de negociação política, por exemplo. São os casos em que o agente educativo, o padre ou alguém que é identificado como capacitado "tecnicamente" para intermediar reivindicações, é investido de uma delegação - que pode não ser formalizada - para negociar o atendimento de uma solicitação (uma escola, uma vala, etc.) aos poderes públicos. É claro que este intermediário, por mais que se sinta identificado moral e eticamente com a população que lhe delega poder de intermediação, não tem uma prática objetivamente diferenciada de um representante formal do sistema de controle como, por exemplo, um vereador, cuja clientela política se radica no bairro.

É preciso buscar outro tipo de abordagem. Mas o problema é que, geralmente, as formas tradicionais de solicitação se revelam imediatamente mais eficientes. E, quando o critério para a avaliação dos ganhos não se situa no plano do *ganho de organização* popular mas, sim, no plano do ganho quantitativo de bens a consumir, os próprios críticos dos mecanismos

tradicionais de recuperação das formas de organização de base tendem a reproduzi-los, independentemente de sua terminologia, de seu discurso. Na verdade, o que ocorre é que faltalhes a compreensão de dois fatores: primeiro, que o processo de aprendizagem de novas formas de ação coletiva é lento, sendo o erro (analisado e criticado) um importante fator de aprendizado; segundo, que a maior eficácia no manejo dos novos instrumentos depende da prática permanente no uso desses instrumentos.

O que se propõe, na verdade, são formas autônomas de organização da população dos bairros, através da criação de estruturas autonomamente geridas, e que estabeleçam, pouco a pouco, formas próprias de representatividade. É um caminho longo e, indiscutivelmente, penoso. Mas é o único que poderá levar a resultados duradouros e estabelecer, na prática, a significação da articulação objetiva entre o universo do bairro e o universo da produção.

#### A significação da articulação objetiva entre o universo do bairro e o universo da produção

Existe, indiscutivelmente, uma articulação objetiva entre o universo do bairro e o universo da produção. Considerando-se estritamente a classe operária, que representa uma parcela da população do bairro, ver-se-á que o valor da força de trabalho do operário é definido pelas condições socialmente necessárias para a produção de sua mercadoria, que é a sua força de trabalho. Essa é uma questão elementar, mas de indiscutível e fundamental significação. A luta por melhores condições de moradia, de saneamento, de educação, de lazer, etc., representam uma das faces da luta por melhores condições sociais para a reprodução da força de trabalho. Com isso, no plano geral, a articulação está dada.

Por outro lado, é indiscutível que, no plano da produção, existem formas de organização próprias. É o caso dos sindi-

catos. Os sindicatos representam, *em tese*, a forma de organização dos trabalhadores, em função da sua luta por melhores condições de negociação de sua mercadoria básica, que é a sua força de trabalho. Eles estão, dessa forma, mais próximos do ponto central do sistema capitalista que os moradores do bairro, se bem que o mesmo dilema se lhes apresente: reproduzir os mecanismos propostos pelo sistema de dominação no plano da ação sindical (os pelegos, mesmo que se proponham progressistas), ou buscar formas alternativas de ação sindical?

A questão está, então, na qualidade da prática, cujo indicador mais imediato se situa na qualidade das formas de organização, que podem ser de dois tipos polares: por um lado, os mecanismos de delegação, isto é, a transferência da responsabilidade de encaminhamento para um grupo reduzido de lideranças, que age em nome daqueles que lhe delegam poder e perante os quais não se sente responsável, pois não há mecanismos reais de "cobrança"; por outro lado, os mecanismos baseados em critérios de representatividade e participação, através dos quais os representantes executam tarefas para as quais são indicados, e que são permanentemente responsáveis perante aqueles que os indicaram, através de mecanismos explícitos de prestação de contas. E isso vale para todas as formas de organização popular.

### Conclusões

O universo do bairro, dada a sua heterogeneidade quanto às formas de integração no processo produtivo, define sua significação, em última análise, ainda em função desse processo produtivo. O fato de que as formas de organização possíveis têm seu limite em propostas ao nível do consumo não significa estreiteza ou importância secundária. *Significa especificidade*. No bairro, concretiza-se o processo de expropriação geral do sistema, através de outras formas que não aquelas particulares do processo produtivo, mas que se articulam

lógica e praticamente com as que caracterizam o universo da produção. A grande diferença reside na posição relativamente mais próxima ao eixo do sistema social global que tem o universo da produção. Mas, os caminhos para o estabelecimento de formas de organização popular têm as mesmas balizas, ainda que tenham (apresentem) formas e objetivos imediatos diferentes, seja num, seja no outro caso.

*João Luíz van Tilburg*

Há algum tempo atrás, a Equipe de Produção (1) terminou a produção de conjuntos de slides sobre a CLT e, atualmente, em mais de dez áreas urbanas diferentes, agentes sociais estão utilizando esse recurso audiovisual junto a populações assalariadas. Esse dado quantitativo mostra que o agente social que trabalha junto a uma população assalariada sabe da importância do conhecimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para cada trabalhador. Por essa razão, achei interessante abordar alguns aspectos que estavam presentes quando produzimos esses slides. Ora, na produção de qualquer audiovisual, muitos elementos devem ser levados em consideração, tais como elementos técnicos e didáticos. Por outro lado, sabemos que esses elementos devem estar subordinados ao conteúdo a ser transmitido e ao método.

Embora esses dois elementos (o conteúdo e o método) se determinem, e no momento da intervenção se tornem um dado só, podemos, sem dúvida, distingui-los para uma compreensão mais exata de cada um. É isto que pretendo fazer. Neste instante, vamos, então, abordar alguns elementos referentes ao conteúdo dos conjuntos de slides sobre a CLT e no próximo número da revista procuraremos analisar o método de trabalho na produção desses conjuntos.

Ao falar do conteúdo dos conjuntos de slides sobre a CLT, é necessário mencionar que a idéia de produzi-los surgiu a

---

(1) A Equipe de Produção foi formada por quatro funcionários da FASE, que discutiram com três grupos de trabalhadores, a Legislação Trabalhista. A tarefa dessa equipe consistiu em encaminhar as discussões, ordenar todos os fatos relatados pelos trabalhadores, seus pontos de vista sobre esses fatos e a CLT, e produzir os conjuntos de slides (confeção de cartazes, fotografia, sonoplastia).

partir de necessidades sentidas por agentes sociais que atuam junto a grupos de trabalhadores do setor secundário. Isto evidencia que a própria prática ensinou a importância do conhecimento da CLT para cada trabalhador.

Em nome da Legislação Trabalhista, o empregador tanto pode explorar ao máximo o trabalhador que a desconhece, como, em nome dela o trabalhador pode garantir uma série de direitos seus, já conquistados e transformados em Lei. Depende muito pois, do conhecimento que o trabalhador tem do conjunto das Leis Trabalhistas, e como esse conjunto evidencia o tipo de relação entre trabalhador e empregador.

Esse tipo de relação se dá, certamente, porque, de um modo geral, o trabalhador brasileiro não está suficientemente sensibilizado para a questão sindical, ou seja, para a luta coletiva em defesa do direito a melhores condições de vida e de trabalho. Não cabe aqui explicitar as razões dessa falta de sensibilidade, pois não diz respeito diretamente ao conteúdo dos conjuntos de slides, mas sim ao seu objetivo, isto é, o que interessa é verificar que a falta da sensibilidade sindical deixa, em geral, o trabalhador totalmente desprotegido nas mãos do empregador que, habilmente, burla a Lei e consegue esvaziar conquistas, sem que o trabalhador sequer esboce reação conseqüente. Por outro lado, o sindicato, por sua fragilidade, por seus erros de estrutura, só sensibiliza o conjunto dos trabalhadores no seu aspecto menos específico: o aspecto assistencial.

Sensibilizar o trabalhador para o problema sindical e para a solução coletiva de seus problemas, não significa, necessariamente, orientá-lo a participar do sindicato, mesmo com o sindicalismo existente. Significa apenas alertá-lo para o caráter coletivo de seus problemas e, portanto, de suas reivindicações.

Nesta perspectiva, a CLT pode ser compreendida, por um lado,

como a garantia para a sobrevivência do trabalhador e da sua família e, por outro lado, como um mecanismo que impossibilita que esse mesmo trabalhador consiga organizar-se de forma independente com seus companheiros de trabalho, em defesa de seus direitos.

No que diz respeito à CLT como garantia de sobrevivência e levando em consideração o grau de exploração a que está submetido o conjunto das classes trabalhadoras, o conhecimento da CLT se apresenta como um instrumento de trabalho de base, no sentido de poder agrupar trabalhadores em torno de um interesse comum. No que diz respeito à CLT como mecanismo que bloqueia o desenvolvimento da organização, independente das classes trabalhadoras a nível sindical, o conhecimento da Legislação Trabalhista pode transformar-se num elemento que sustenta *parcialmente* uma sensibilidade para a luta coletiva em defesa do direito a melhores condições de vida e de trabalho.

Esta é a realidade teórica geral (e, portanto, abstrata), que serviu de ponto de partida para produzir conjuntos de slides que transmitem o conjunto da CLT.

Certamente houve outros pontos de partida, não menos importantes: 1. o papel do agente, enquanto agente, não poderia ser "orientador", no sentido de tentar convencer o "espectador" das nossas certezas subjetivas. Ao contrário, o nosso papel deveria ser o de colocar à disposição do trabalhador nossa "capacidade técnica" e nossa disponibilidade de tempo para, com eles, realizar o projeto;

2. a experiência, apesar de não ser inédita (nós mesmos já havíamos trabalhado com conjuntos de slides), merecia um tratamento altamente cauteloso, quanto à forma de tratar o problema, sem deixar de sensibilizar o trabalhador e, ao mesmo tempo, sem restringir sua utilização a grupos com maior clareza a respeito;

3. portanto, não poderíamos realizar o conjunto de slides

sem que este não refletisse um trabalho conjunto com grupos de trabalhadores, de preferência bastante diferenciados, para que pudesse ser, na medida do possível, representativo do conjunto dos trabalhadores;

4. restringimo-nos, nesta fase, a trabalhadores urbanos, por considerarmos as características do trabalhador do campo, no Brasil de hoje, bastante diferentes, no que se refere à linguagem e problemática.

Aqui, podemos verificar a ligação estreita entre o conteúdo dos conjuntos de slides e o método de produção, pois o método determinou em parte, o conteúdo dos conjuntos de slides, e isto pelo fato de que três grupos de trabalhadores de três áreas industriais diferentes forneceram um conjunto de fatos, reflexões, pontos de vista, em relação à Legislação Trabalhista. A maior parte desses depoimentos dizia respeito à Carteira de Trabalho, horas extras, acidentes de trabalho, FGTS e Justiça do Trabalho, o que levou a Equipe de Produção a tomar a decisão de produzir cinco conjuntos de slides, quais sejam: Documentação, Jornada de Trabalho, Segurança e Higiene do Trabalho, FGTS e Justiça do Trabalho, que trata, também, do problema do Sindicato. Toda a matéria-prima foi ordenada nestes temas e dividida dentro da perspectiva teórica acima descrita.

Os critérios para ordenar a matéria-prima que utilizamos foram chamados de "garantias", pois queríamos "garantir" o objetivo deste recurso audiovisual.

Foram estas as "garantias":

- 1º - Garantir a compreensão da Lei, objetivamente é preciso conhecê-la para poder lutar por seus direitos de forma conseqüente.
- 2º - Evidenciar as situações diversas em que a aplicação da Lei é burlada por parte do empregador deixar o trabalhador atento às formas mais comuns de burlar a Legislação Trabalhista.

- 3º - Garantir a apresentação de formas de esvaziamento da Lei por parte do empregador  
no que diz respeito, por exemplo, à Jornada de Trabalho, as oito horas diárias é uma conquista legal. No entanto, esta vem sendo esvaziada, através do uso abusivo da hora extra.
- 4º - Garantir as formas de solução apresentadas pelos trabalhadores  
evidenciar que há sempre mais de uma "saída", aparentemente; há formas coletivas de combate aos problemas enfrentados (a reivindicação por mais higiene, feita por um setor) e formas individuais (a hora extra por necessidade de trazer um pouco mais de dinheiro para casa).
- 5º - Garantir a significação da Lei em relação aos interesses do empregador  
salientar os pontos onde a Lei favorece o empregador, de forma flagrante.
- 6º - Garantir o entendimento do significado da Lei, do ponto de vista das necessidades imediatas do trabalhador  
salientar a importância do conhecimento da Lei, para poder usá-la como instrumento em sua defesa, mesmo que esta seja parcial.
- 7º - Garantir o significado da Lei, em relação aos interesses do conjunto dos trabalhadores  
apresentar o que ocorre com o conjunto dos trabalhadores da categoria, quando, individualmente, algum deles procura solução (basta lembrar que, cada oito horas extras cumpridas, significa o dia de desemprego de algum companheiro de trabalho).
- 8º - Garantir o entendimento da inter-relação do conjunto das Leis Trabalhistas  
mostrar que o conjunto de Leis é um todo coerente, que favorece o empregador e não o trabalhador, mesmo que a princípio pareça o contrário.

9º - Fornecer informações históricas sobre a CLT, assim como fornecer dados estatísticos

mostrar em que momento as Leis foram feitas; mostrar que as Leis são consequência jurídica de uma situação de fato. A utilização de dados estatísticos, deve-se dar toda vez que for necessária uma idéia de conjunto da classe, para melhor localizar um problema, para que o trabalhador que vê, imediatamente seja sensibilizado para o caráter coletivo do seu problema.

10º - Garantir o entendimento da importância da consciência profissional

mostrar que, mesmo individualmente, o trabalhador qualificado tem melhores condições para reclamar seus direitos; coletivamente, o trabalhador qualificado, por exercer função fundamental na produção, pode conseguir ganhar lutas, que não só melhore a sua situação como a de outros companheiros, com menores condições de pressão.

Parece-me da maior importância que se tenha uma idéia menos abstrata dos conteúdos desses conjuntos de slides sobre a CLT, para que o título deste artigo se justifique. Por esta razão, reproduzo o que nós chamamos de "roteiro global" do tema Documentação, isto é, apresento o resultado da ordenação da matéria-prima fornecida pelos trabalhadores em relação à Carteira de Trabalho.

Roteiro global do conjunto de slides sobre Documentação

A - Objetivo específico

- responder à pergunta "O que deve estar anotado na Carteira de Trabalho para obter os direitos trabalhistas previstos pela Lei".
- mostrar o conteúdo ideológico da Carteira de Trabalho
- dar ênfase à consciência profissional do trabalhador.

## B - As garantias

### 1. Garantir a compreensão da Lei, objetivamente

- o que deve constar na Carteira
  - . ocupação (função, profissão, cargo) e as eventuais modificações
  - . salário e suas modificações
  - . opção pelo FGTS
  - . PIS
  - . férias
  - . contribuição sindical
  - . assinatura do empregador
  - . data da demissão, com assinatura do empregador
  - . dependentes
- a Carteira deve ser assinada no prazo de 48 horas
- a Carteira é o documento mais importante como contrato de trabalho, válido diante da Lei

### 2. Evidenciar as situações diversas em que a aplicação da Lei é burlada por parte do empregador

- não incluir na Carteira as alterações em relação ao:
  - . cargo
  - . salário
- aumentar os salários individualmente

### 3. Garantir a apresentação de formas de esvaziamento da Lei, por parte do empregador

- "Carteira suja" (na percepção do trabalhador), isto é, tirar Carteira nova caso a anterior prejudique o trabalhador
- Carteira como mecanismo de controle
- Carteira como justificativa ideológica

### 4. Garantir as formas de solução apresentadas pelos trabalhadores

- exercer cargo superior àquele que consta na Carteira, recebendo, porém o salário daquele que consta na Carteira
- não pedir alteração do salário para não ser mandado embora
- pedir Carteira nova, caso a anterior prejudique o trabalhador

5. Garantir a significação da Lei em relação aos interesses do empregador
  - justificativa ideológica da Carteira
6. Garantir o entendimento do significado da Lei, do ponto de vista das necessidades imediatas do trabalhador
  - exercer cargo superior àquele que consta na Carteira, recebendo porém o salário que consta na Carteira, não pedindo alteração para não ser mandado embora
  - pedir Carteira nova caso a anterior prejudique o trabalhador
  - criar caso
7. Garantir a significação da Lei em relação aos interesses do conjunto dos trabalhadores
  - fazer reivindicações coletivamente
  - não querer aceitar outro cargo sem anotação, para não prejudicar colega qualificado para tal
  - aspecto negativo: incentivar individualismo
8. Garantir o entendimento do conjunto das Leis Trabalhistas
  - conjunto 2 - Jornada de Trabalho
  - conjunto 3 - Segurança e Higiene do Trabalho
  - conjunto 4 - FGTS
  - conjunto 5 - Justiça do Trabalho
9. Fornecer informações históricas sobre a CLT, assim como fornecer dados estatísticos
  - informações históricas
  - dados estatísticos
10. Garantir o entendimento da importância da consciência profissional (individual e coletivamente)
  - nível individual
    - . a importância de constar na Carteira a função efetiva, para ter melhores condições de reivindicação
    - . em vista de novos empregos

- nível coletivo

- . para não prejudicar outros colegas que têm profiss-  
são
- . para não prejudicar outros colegas com quem traba-  
lha
- . para não prejudicar a si mesmo

Neste instante, resta-me pouca coisa para dizer. Cabe ao leitor tirar a conclusão sobre a validade ou não da utilização da CLT como instrumento de trabalho de base, no que diz respeito ao conteúdo. Evidentemente, falta ainda o conhecimento do método usado para chegar ao produto final de um ano de trabalho, junto com três grupos de trabalhadores. Este assunto será abordado no próximo número da Revista PROPOSTA.

Capitalismo Autoritário e Campesinato, por Otávio Guilherme Velho - DIFEL, São Paulo - Rio de Janeiro, junho de 1976. 261 p.

Na primeira parte do livro ("As Bases para uma Comparação") o autor dedica-se a explicitar as questões com que está preocupado, fornecendo-nos o esquema conceitual que servirá de base à sua posterior análise do "Caso Brasileiro". Trata-se de discutir questões ligadas ao "pequeno agricultor", ou "camponês", em suas relações com o capitalismo (questões essas enfocadas basicamente do ponto de vista político), partindo o autor para isso da compreensão do que seriam dois modelos de desenvolvimento capitalista. Nessa colocação, as áreas de fronteira vão situar-se como pontos de referência privilegiados.

Dois tipos de desenvolvimento capitalista

O.G.V. diferencia, a partir de uma análise histórica, o desenvolvimento capitalista burguês

"clássico" de um outro modo de desenvolvimento capitalista ocorrido basicamente na Europa Oriental: o capitalismo autoritário. No primeiro caso - "a visão mais usual da criação de uma sociedade capitalista" - dá-se "a formação, no interior da sociedade feudal, de uma burguesia, a qual, num determinado momento ou período do seu desenvolvimento, insurge-se contra o antigo regime e estabelece o seu domínio político sob os postulados da democracia liberal". No entanto, um outro tipo de desenvolvimento capitalista teria ocorrido nos países em que não se deram grandes revoluções burguesas: são os casos em que "não apareceu uma burguesia suficientemente forte para usar os diferentes elementos de revolta existentes na sociedade em seu favor e impondo a sua hegemonia contestar com sucesso o "antigo regime". Diante de uma burguesia fraca, o Estado assume então o comando de um processo de modernização e transformação da sociedade - processo necessário pela pressão, ao nível internacional, exercida pelos países que se haviam lançado à frente do ponto de vis-

ta de um desenvolvimento capitalista. Assim, as classes dominantes dos países europeus que não conheceram uma revolução burguesa são forçados a abdicar parte do comando direto do Estado a uma burocracia: configura-se um modo autoritário de desenvolvimento capitalista.

#### A importância da fronteira

Para uma compreensão da ocorrência de cada um desses tipos de desenvolvimento capitalista apresentados, o autor sugere que um fator importante a se considerar é o da existência de terras livres, o que poderia levar à necessidade pelas classes dominantes de lançar mão de sistemas de imobilização de mão-de-obra, a fim de evitar sua dispersão. Opõem-se então dois exemplos históricos de tipos diversos de desenvolvimento capitalista: o norte-americano e o russo. No primeiro caso há a terra livre sem a imobilização de mão-de-obra e a criação de uma fronteira aberta (o Oeste) com o desenvolvimento de pequenas unidades produtoras; nessa fronteira configurar-se-ia uma sociedade "democrática radical" que não deixaria de exercer sua influência no desenvolvimento capitalista americano. Já na Rússia a disponibilidade de terras novas face às conquistas do Leste e Sudeste a partir do século XVI combinou-se com a necessidade, por parte dos senhores, de braços em suas terras, que entreviam a oportunidade de auferir lucros da produção para o mercado internacional por sua própria conta. Daí a necessidade da imobilização da mão-de-obra por meios políticos e o estabelecimento da servidão. (Observe-se que nos países europeus de desenvolvimento capitalista burguês "clássico" não havia disponibilidade de terras livres como opção virtual para a mão-de-obra rural). Configura-se então na Rússia uma fronteira fechada e um desenvolvimento capitalista do tipo autoritário, "o herdeiro direto de sistemas de repressão da força de trabalho sem nenhum corte revolucionário interveniente". Posteriormente o capitalismo autoritário na Rússia se desenvolveria recorrendo a uma abertura controlada dessa fronteira.

Capitalismo Autoritário e  
persistência do campesinato

Diversamente do que ocorre  
quanto ao capitalismo burguês,  
em que na sua fase de acumu-

lação primitiva o desenvolvimento capitalista se dá passo a passo com o processo de proletarização (sobretudo do campesinato), O.G.V. observa que "no caso do capitalismo autoritário, onde quer que preexista uma base camponesa, ela não é destruída pelo desenvolvimento capitalista (a não ser em parte), mas é mantida como uma forma subordinada de produção e a acumulação primitiva prossegue às suas custas". Haveria, aí, a persistência de uma combinação entre uma acumulação propriamente capitalista e uma acumulação capitalista primitiva (baseada na exploração de formas não-capitalistas de produção). Assim, sob o capitalismo burguês a pequena produção ou transforma-se em exploração capitalista (como nos Estados Unidos) ou é destruída por forças externas (como na Inglaterra). Já sob o capitalismo autoritário "haveria, para uma maior ou menor proporção do campesinato e variando com o tempo uma espécie de pressão 'a meio força' que fundamentalmente não destrói o campesinato nem permite a sua transformação, mas o mantém subordinado, continuando a extrair de várias formas um excedente dele ao mesmo tempo que controlando a acumulação de sua própria camada superior. O campesinato não é destruído, mas é como que 'confinado' dentro dos limites de um espaço social dado". De acordo com essas concepções, a própria persistência do campesinato, sua própria reprodução, estaria ligada a uma condição de subordinação.

A participação política do campesinato

Discute-se aí o que seria uma "natureza dual" do campesinato: tanto ele poderia atuar como um todo, assumindo

uma posição homogênea diante da sociedade, quanto poderia tender a uma diferenciação de classes interna. Em que situações seria reforçada uma tendência ou a outra? Após uma análise da participação camponesa na revolução russa, o autor aponta para um critério a seu ver fundamental para pensar

essa questão: a persistência ou o enfraquecimento da situação de subordinação comum apontada.

Discute-se a partir daí a questão das condições para que o campesinato assumira uma posição revolucionária diante da sociedade. Num resumo forçosamente simplificador, pode-se afirmar que o autor liga essas condições à existência do "enfraquecimento da subordinação mais a existência de barreiras à incorporação do campesinato no modo dominante (no caso do capitalismo) (...) devido a certas características estruturais desse último". Um fator importante quanto a essas condições, ligado ao enfraquecimento da subordinação, seria a possibilidade para esse campesinato de se situar numa "trajetória social ascendente". Daí a importância da fronteira, como um lugar que pode representar, por um lado, a possibilidade de uma "trajetória social ascendente"; e por outro, "o enfraquecimento de uma subordinação estrita e imediata". Embora a fronteira seja uma espécie de "lugar privilegiado" para a ocorrência desses fenômenos, isso não quer dizer que eles não possam se manifestar em outros contextos: "parece que uma transformação agrária e o colapso ou enfraquecimento da autoridade podem ambos ter para um campesinato um efeito similar ao de uma fronteira em termos de enfraquecer a subordinação e permitir a ascensão social (...). É como se fosse criado um equivalente a uma fronteira: assim como uma fronteira física pode ser fechada por meios sociais, uma espécie de 'fronteira' pode aparecer onde antes não havia nenhuma, devido a eventos sociais".

Segundo conclusão do próprio autor, "o que queremos frisar em termos gerais é: 1) O papel 'democrático' de um campesinato em desenvolvimento versus um campesinato decadente. 2) A fronteira como um locus privilegiado, embora não exclusivo, para o desenvolvimento desse neocampesinato. 3) Os limites à passagem ao capitalismo (mesmo como 'sócio menor') de um campesinato em desenvolvimento no interior de uma formação autoritária e as alternativas estruturais: subordina-

ção em última instância ou aliança com elementos pós-capitalistas (levando a outros desdobramentos subsequentes)".

## O CASO BRASILEIRO

Na 2a. parte do livro, o autor, explorando as possibilidades que lhe abre o método comparativo, vai proceder ao estudo do caso brasileiro, localizando, na existência de um sistema de repressão da força de trabalho (escravidão, economia de plantation) os fundamentos de uma via específica de desenvolvimento capitalista no Brasil: "um desenvolvimento capitalista alternativo ao burguês". Esse desenvolvimento capitalista de um sistema de repressão da força de trabalho - caracterizado "pela dominância da instância política que se opõe à pequena produção independente e também à formação de um mercado de trabalho livre" - teria se dado de forma não revolucionária, lenta e gradualmente.

### Plantations e campesinato

O autor está preocupado com a situação e o papel do campesinato nas transformações por que passa o capitalismo autoritário no Brasil. Assim mostra como, desde cedo, surgiu em diferentes regiões um campesinato marginal (em áreas além da fronteira econômica, e em escala limitada e não como um campesinato de massas), muitas vezes constituindo um "exército agrícola de reserva" para a plantation, sem que esse tipo de desenvolvimento alterasse uma situação estrutural em que a repressão da força de trabalho era o traço dominante. Ao examinar os desenvolvimentos mais recentes do sistema de plantation nordestino, chama a atenção para o fato de que a urbanização e o crescimento do campesinato marginal, de 1920 em diante, apontam para uma gradativa liberação da força de trabalho, mas, já então, de uma força de trabalho excedente, permanecendo relativamente imobilizada a força de trabalho realmente necessária à plantation.

Mudança e  
permanência

Não podemos explorar, nos limites desta resenha, todas as vias seguidas pelo autor para reconstituir as diferentes combinações de mudança e permanência que, a seu ver, caracterizaram essas transformações, lentas, graduais e não revolucionárias, desse sistema de repressão da força de trabalho, cuja herança marcaria tão profundamente o capitalismo brasileiro. Devemos registrar ao menos que, para o autor, a dominância do político inerente ao autoritarismo não se confunde com a centralização do poder que progressivamente iria substituir "o poder local", já que este é visto também como uma forma descentralizada do autoritarismo. O autor revela como todas essas mudanças foram marcadas por compromissos entre as classes dominantes apesar das tentativas de apresentá-las por vezes como rupturas definitivas. A construção de uma estrutura urbano-industrial paralela, coexistindo com o sistema agrário tradicional, e que se deu sob a pressão "externa" do capitalismo internacional, seria um dos resultados dessa via de compromisso que tem marcado as políticas governamentais.

A permanência do autoritarismo e seu profundo enraizamento na realidade social brasileira estariam patentes na forma como se associou sucessivamente ao "nacionalismo" e ao "cosmopolitismo", isto é, na maneira como o autoritarismo, "depois de criar um escudo nacionalista adequado que protegeu os seus primeiros passos", "foi buscar um novo modus vivendi com o capitalismo internacional". Neste ponto, torna-se necessário considerar a distinção feita pelo autor entre regime autoritário e capitalismo autoritário, mostrando como o primeiro, nas suas aparições em nossa história recente, reforçou o segundo sem com ele se confundir. Assim o Estado brasileiro viria desempenhando funções análogas às da fase clássica de acumulação primitiva. A conservação dos mecanismos de acumulação primitiva seria uma marca da permanência do capitalismo autoritário, que seria o pano de fundo de regimes autoritários, como o Estado Novo, ou democráticos, como o que se seguiu à queda daquele em 1945.

## **Campesinato e fronteira**

Tendo em vista que o processo de acumulação primitiva continuaria presente no capitalismo brasileiro, como um dos aspectos principais da via autoritária de desenvolvimento, Otávio G. Velho vai dedicar dois capítulos-chaves de seu livro à análise do campesinato e da fronteira e de sua importância nesse processo de acumulação primitiva. O autor parte da conexão entre a problemática nordestina e o desenvolvimento do capitalismo autoritário no Brasil. Mostra como a região contribuiu "poderosamente para a espécie de acumulação primitiva necessária para a industrialização do Centro-Sul". Destaca que a alternativa de uma expansão da fronteira agrícola (primeiro no Maranhão, depois em toda a Amazônia) tem sido vista, desde a criação da SUDENE em 1958, como uma estratégia capaz de resolver os problemas dos excedentes de população no Nordeste, reduzindo a necessidade de transformações radicais naquela região.

Dando seguimento a essa análise chega à conclusão de que "o recente processo global de transformações capitalistas autoritárias no Brasil rural e urbano parece ter aberto a possibilidade e a necessidade de uma ocupação permanente da Amazônia". Nesse processo o futuro do campesinato de fronteira na Amazônia não estaria garantido, mas o autor parece acreditar que a sua sobrevivência tenderia a ser assegurada, apesar das oscilações pendulares da política governamental, uma vez que o capitalismo brasileiro não poderia prescindir de uma certa combinação de pequena e grande propriedade, de agricultura camponesa produzindo bens alimentares para o mercado interno e de uma agricultura capitalista basicamente voltada para o mercado externo.

## **Perspectivas para o capitalismo autoritário**

Otávio G. Velho atribui grande importância a esse campesinato no desenvolvimento da sociedade ao avaliar as perspectivas para o capitalismo autoritário. Ao contrário dos que temem as conseqüências de um sucesso, ain-

da que parcial, da ocupação da Amazônia, o autor reafirma as potencialidades desse campesinato vir a desempenhar um papel positivo "de um ponto de vista pós-capitalista", apoiando-se na argumentação segundo a qual uma certa consolidação desse campesinato (indicando uma trajetória social ascendente) seria decisiva na determinação do seu papel político. A determinação desse papel passa necessariamente, segundo o autor, por uma disputa pela hegemonia, que "decide o futuro das sociedades humanas". Assim a possibilidade de o campesinato vir a desempenhar um papel mais efetivo no sentido da superação do capitalismo dependeria em última instância da capacidade da classe operária ocupar o vácuo social que tem tanto contribuído para assegurar o poder do capitalismo autoritário. A decisão de tudo isso se daria em circunstâncias tais que tornariam improvável a transição prévia a uma situação em que a burguesia assumiria diretamente o comando do Estado. Questionando a hipótese de um "autoritarismo transitório", isto é, de uma possível passagem a um "capitalismo burguês", Otávio G. Velho coloca grande ênfase na conclusão segundo a qual "a tensão ideal para a passagem à dominância de um novo modo de produção parece ocorrer exatamente naqueles casos paradoxais de desenvolvimento desigual extremo onde se dá a aproximação do autoritarismo, o tipo oposto, porém com forças subordinadas dinâmicas, que puxam na direção contrária; de tal maneira que a realização de uma aliança com a classe operária organizada (ela mesma um fator necessário mas não suficiente), pode permitir a superação dessa contradição".

*Leilah Landim Assumpção*  
*Jorge Eduardo Saavedra Durão*

## INFORMAÇÕES

### CETOR - Centro de Estudos e Trabalhos Comunitários

Já está em pleno funcionamento o recentemente fundado Centro de Estudos e Trabalhos Comunitários - CETOR. Constituído com finalidades filantrópica, técnica e educativa, a entidade visa o desenvolvimento de pesquisas, projetos comunitários, assessorias, cursos e publicações. O Centro está organizando um Departamento de Documentação tendo em vista o estabelecimento de apoio para o trabalho de pesquisadores, agentes de base e demais interessados em questões educativas. Para essa finalidade está sendo realizado um levantamento da documentação especializada em educação e assuntos afins.

Ainda para 1978 estão sendo programados cursos e seminários sobre problemas atuais da educação com inscrições abertas para associados ou não.

Para envio de material (publicações, monografias, etc.) ou qualquer tipo de informação os interessados poderão recorrer à sede do CETOR situada na Estrada Velha da Tijuca, 45, Tijuca, Rio de Janeiro.

### Simpósio: Metodologia da História na América Latina

Foi realizado na PUC/São Paulo, no período de 28 de novembro a 1º de dezembro o simpósio "Metodologia da História na América Latina". O objetivo principal deste foi a avaliação e discussão metodológica do projeto de pesquisa sobre a reconstrução histórica da presença da Igreja na América Latina, visto pela ótica dos setores sociais oprimidos. O projeto, que está à cargo da Comission de Estudos de História de la Iglesia en América Latina - CEHILA, teve como ponto de discussão uma de suas primeiras etapas: a reconstrução da presença da Igreja no Brasil até 1800, enfatizando sua relação com o indígena e o negro.

A partir deste primeiro relatório foi editado, pela Vozes, o livro intitulado História Geral da Igreja na América Latina.



## EQUIPES LOCAIS

### REGIONAL NORTE

Escritório de Belém  
Rua Bernal do Couto nº 1329  
(0912) 22.0318  
66.000 - Belém - PA

Escritório de Cametá  
Praça dos Notáveis nº 38-B - 139  
68.400 - Cametá - PA

Escritório de Santarém  
Rua Moraes Sarmiento nº 426  
68.100 - Santarém - PA

Escritório de Sto. Antônio de Tauá  
Santo Antônio de Tauá - PA

Escritório de Santa Luzia  
Av. Newton Bello nº 866  
65.390 - Santa Luzia - MA

### REGIONAL NORDESTE

Escritório de Recife  
Rua Pacifico dos Santos nº 110  
(0812) 22.0025  
50.000 - Recife - PE

Escritório de Garanhuns  
Av. Rui Barbosa nº 200  
2392  
55.300 - Garanhuns - PE

Escritório de Fortaleza  
Rua Dona Leopoldina nº 1344  
(0852) 26.2881  
60.000 - Fortaleza - CE

### REGIONAL SUDESTE-SUL

Escritório de São Paulo  
Rua Loefgren nº 1651, casa 6  
(011) 71.4694  
04040 - São Paulo - SP

Escritório do Rio de Janeiro  
Rua das Palmeiras nº 90  
(021) 266.1265 246.4559  
20.000 - Rio de Janeiro - RJ

Escritório de Vitória  
Rua 7 de Setembro nº 529  
(0272) 3.7436  
29.000 - Vitória - ES

Escritório de Porto Alegre  
Rua Gaspar Martins nº 470  
(0512) 25.0787  
90.000 - Porto Alegre - RS



**Federação de Orgãos para Assistência Social e Educacional**

**Escritório Nacional: Rua das Palmeiras, 90 - ZC 01**

**Tel.: (021) 266-1265 e 246-4559**

**20.000 - Rio de Janeiro (RJ)**